

Docente evita o maniqueísmo ao recorrer a obras de Shaw e Twain para falar das relações entre literatura e educação

Perto da ambigüidade, longe do discurso edificante

ÁLVARO KASSAB

kassab@reitoria.unicamp.br

Não se pode dizer que a literatura eduque o cidadão, pelo menos não da forma como o faz um educador. O que pode ocorrer é o cidadão (auto)educar-se por meio de sua relação de leitura com a obra, relação que implica escolhas interpretativas e pressupõe uma interação de subjetividades”. A opinião do escritor, filósofo e professor Roberto Goto, da Faculdade da Educação (FE), está no escopo do livro que ele acaba de lançar, *O escritor e o cidadão*. Nesta entrevista, o autor fala sobre a obra, analisa o diálogo entre literatura e educação e o papel de ambos na construção da cidadania, além de afirmar que a Filosofia pode explicar de muitas maneiras os fenômenos contemporâneos.

Jornal da Unicamp – O que senhor propõe em seu novo livro, *O escritor e o cidadão*?

Roberto Goto – Ensaio nesse livro uma reflexão sobre alguns aspectos das relações entre a literatura e a educação do cidadão. Análise primeiramente como essa educação aparece e é tratada em três obras literárias – o *Pigmalião* de Bernard Shaw, *As Aventuras de Tom Sawyer* e *Aventuras de Huckleberry Finn*, de Mark Twain. Em seguida, enveredo pelo problema que consiste em saber se a literatura educa o cidadão.

No primeiro caso, vemos como um escritor, ao tematizar a educação, pode desvelar toda a complexidade do processo e das relações nele implicadas. As imagens que as obras citadas nos oferecem são ambíguas e irônicas, o que significa que não são discursos edificantes sobre o valor e a importância da educação nem descrições simplistas e maniqueístas do processo educativo; nenhum personagem é “produto da educação”. Por conta dessa ambigüidade e dessa ironia, que escritores como Thomas Mann consideram inerentes à arte literária, não se pode dizer que a literatura eduque o cidadão, pelo menos não da forma como o faz um educador. O que pode ocorrer é o cidadão (auto)educar-se por meio de sua relação de leitura com a obra, relação que implica escolhas interpretativas e pressupõe uma interação de subjetividades.

JU – O senhor é escritor e professor da Faculdade de Educação. Acha que há, no país, um diálogo entre a literatura e a educação? Em que medida elas se interpenetram?

Goto – Quando se trata da literatura – ou seja, da arte da palavra e da produção cultural que lhe corresponde –, aprende-se a ler, mas não se ensina a ler. Em si mesma, a obra literária nada ensina; na verdade, sequer existe. Uma obra literária só existe concretamente numa relação de leitura, e não é possível aprender a estabelecer tal relação senão a praticando. Não é raro confessarmos que “não conseguimos ler” um determinado livro – por exemplo, o *Ulisses* de Joyce. É porque a leitura não é algo que se aprende de uma vez por todas, mas uma relação que tem de ser criada e renovada a cada obra com que nos deparamos. Trata-se de um diálogo, semelhante ao diálogo entre duas ou mais pessoas, para o qual não há receita e os aprendizados anteriores só contam parcialmente. Pode-se, talvez, criar ou despertar o tal “hábito de leitura”, mas isso leva ao risco de induzir a leituras estereotipadas; por analogia, seria como se alguém conversasse sempre de uma mesma forma com toda e qualquer

pessoa – neste caso, a conversa acaba sendo bastante pobre, reduzida a fórmulas habituais, triviais.

Quanto ao “prazer da leitura”, este também depende da relação singular que cada leitor estabelece com cada obra; podemos ter prazer em dialogar com um certo Machado de Assis, mas outras pessoas podem considerá-lo um chato, entre outras coisas porque nada têm para conversar com ele.

JU – A educação sempre ocupou um papel central na formação do cidadão. Essa influência continua a ser exercida?

Goto – Se considerarmos a educação em todas as suas formas – incluindo, por exemplo, a educação familiar e a ação do autodidata –, é inescapável tomar a formação do cidadão como um processo educativo. Levando em conta apenas a educação escolar e seus agentes, eu diria que, em comparação com tempos não muito remotos mas já idos, a influência hoje é bem pequena. Não se forma o cidadão por meio de estratégias de sedução como as utilizadas pelas campanhas publicitárias, porque não está em jogo o indivíduo em busca da satisfação de seus apetites mas se trata de educar o sujeito ético capaz de subordinar seus interesses individuais às exigências do bem comum. Não é necessária qualquer pesquisa estatística para notar que os educadores que perseguem esse fim não dispõem de força nem poder para competir com instâncias outras da sociedade cuja ação privilegia o particular em detrimento do geral.

JU – E a literatura? Ela pode ser considerada um instrumento para a construção da cidadania?

Goto – Desde que se considere que esse instrumento é ao mesmo tempo um fim, eu diria que sim. Na medida em que alguém dialoga com um livro, está exercendo e exercitando sua subjetividade, sua liberdade e responsabilidade. Aí se está no lado oposto ao da licenciosidade, já que interpretar um livro é fazer escolhas (inclusive a mais fundamental: a de ler) e quem faz escolhas necessariamente responsabiliza-se por elas, no simples sentido de reconhecer-se como seu autor. Admitir que uma obra literária permite ou possibilita várias leituras é em boa parte dizer que ela é maior que esta ou aquela interpretação determinada e, além disso, que não podemos reduzi-la a mero papel de instrumento a serviço de objetivos exteriores a ela. Quando, ao lermos uma obra, a tomamos como sua própria finalidade, podemos ser uma espécie híbrida: leitores-cidadãos. A relação de leitura é justamente, neste



Foto: Antonio Scarpinetti

Quem é Roberto Goto – Filósofo, escritor e professor da Faculdade de Educação da Unicamp (FE), Roberto Goto é autor dos seguintes livros: *Problemas (des)educacionais* (2005), *Começos de Filosofia* (2000), *OH da História* (1999), *Joana Sem Terra* (1993), *A Letra ou a vida* (1992) e *Malandragem Revisitada* (1988). Fez mestrado e doutorado em Teoria Literária no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp (IEL), e doutorado em Educação, também na Unicamp.

caso, uma relação de cidadania. Cidadania imaginária e ideal, talvez, mas que, de toda a forma, constitui um modelo para a experiência e o exercício da cidadania real, cotidiana.

JU – A introdução de autores, digamos, canônicos no currículo escolar muitas vezes provoca o efeito inverso, afastando o aluno da literatura. Por que, na sua opinião, isto ocorre?

Goto – Penso que não é porque se obriga – ou, mais exatamente, tente-se obrigar – o aluno a ler tais autores. Em minha adolescência foi-me dado fazer, como trabalho escolar, a leitura de livros considerados clássicos, assim como, na infância, as professoras corrigiam minhas redações usando sem medo e culpa a caneta de tinta vermelha; e, embora fosse criado, em casa, numa cultura que não tinha o Português como “língua materna”, nunca senti qualquer trauma por isso – pelo contrário, interpreto tais fatos como sinal da dedicação dos educadores ao seu trabalho e aos educandos.

Jamais considerei Machado de Assis um “chato”. A questão, para mim, não está em associar leitura de clássicos a “obrigação”, mas em explicar como e porque jovens para os quais se produz uma farta literatura infantil-juvenil, repleta de tramas sedutoras, não dão o salto para leituras, digamos, mais maduras, ou menos imaturas. Eles não se afastam da literatura, apenas não se aproximam dessa literatura tida como clássica e

permanecem no patamar da literatura infantil-juvenil. Digamos, como hipótese, que há aqueles que se aventuram a diálogos – mais sutis e complexos – com gente madura, enquanto a maioria prefere o ramerrão das conversas adolescentes.

JU – Há referências em seu livro a obras de Platão e Aristóteles. Por outro lado, o senhor foi professor de Filosofia na rede de ensino de Campinas. Qual a importância da Filosofia nos dias de hoje? Como ela pode explicar os fenômenos contemporâneos?

Goto – Grosso modo, Platão e Aristóteles nos fornecem posições praticamente opostas em relação à obra literária como representação, como *mimesis*. Aristóteles toma o impulso à imitação como natural no ser humano, enquanto Platão o vê como inadequado ao cidadão, nocivo à *pólis*. Ambas as posições são relevantes para uma análise estética, ética e política da literatura e de seu papel na educação. Isso exemplifica duas coisas: a atualidade das questões e respostas filosóficas e sua diversidade. A Filosofia é importante, de um lado, porque oferece modelos de explicação alternativos aos da Ciência e das religiões.

Por outro, porque não se trata de apenas um, mas vários, muitos modelos. Portanto, ela pode explicar os fenômenos contemporâneos de muitos modos, com uma gama muito grande de respostas e perspectivas.

SERVIÇO

Reprodução



O escritor e o cidadão
Autor: Roberto Goto
Editora: Faculdade de Educação
Páginas: 199
Onde comprar: mike@unicamp.br / 3521-5602

O curioso – e ao mesmo tempo lamentável – é que a maioria dos alunos, embora demande e ame a multiplicidade e o pluralismo em tantos setores da existência cotidiana, deseja e exige o contrário quando toma contato com o conhecimento filosófico: quer a resposta, isto é, uma verdade única, que explique tudo.

JU – Outra questão abordada em sua obra é a relação entre educador e educando. É sabido que esta relação vem sendo marcada, nos últimos tempos, por uma tensão – quando não violência explícita – que se coloca como nova. Que análise o senhor faz dessa situação?

Goto – Pertencemos a uma geração que pode ser vista, metaforicamente, como a salsicha de um *hot dog* feito com pão mais do amanhado, ou seja, muito duro. O que se costuma dizer e escrever a respeito do rigor e severidade dos “antigos professores” vale até certo ponto para a compreensão do sistema em que transcorreu nossa vida escolar, a partir do final da década de 1950. Essa é uma metade do pão duro; a outra é o arbitrio e a tirania dos alunos, fenômeno mais recente, ou seja, da época em que os estudantes formados por aqueles professores passaram, por sua vez, a lecionar, muitos com a pretensão de não reproduzir na prática a mesma austeridade. Faz já algumas décadas (umas duas, pelo menos) que os professores não são nem podem ser como os “antigos”, que ainda assombam a memória de alguns críticos acerbos do autoritarismo docente. Apesar desses sinais, vive-se e alimenta-se, inclusive na mídia, uma cultura bastante primária e maniqueísta, contraditória e esquizofrênica.

Nessa cultura, concebe-se e trata-se o aluno como consumidor e produto do processo de educação, cabendo ao professor a função de satisfazer o freguês (que, é óbvio, “sempre tem razão”) ao mesmo tempo em que o fabrica (e é evidente que, se o produto sai com defeito, é porque o professor-operário é “incompetente”); simultaneamente, pretende-se que os alunos são sujeitos livres, que precisam ser respeitados em sua individualidade e diversidade pelos mestres – os quais, entretanto, não podem nem devem cobrar responsabilidades, pois, afinal, trata-se de crianças e jovens, ou seja, de “pessoas em formação”. Como, nesse contexto, formar cidadãos coerentemente livres, autônomos e responsáveis?